



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681210 - SP (2021/0225308-0)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
MARIANA PAGANO GIL - SP251644
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MARCOS PAULO SALGADO ZANONI (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MARCOS PAULO SALGADO ZANONI em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1500721-05.20218.26.0530).

O paciente foi condenado às penas de 6 anos, 2 meses e 20 dias de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do crime descrito nos arts. 157, § 2º, incisos II e VI do Código Penal e 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente, na forma do art. 70 do Código Penal e ao pagamento de 15 dias-multa, no patamar mínimo.

A impetrante sustenta a fixação da pena-base no mínimo legal por ausência de circunstâncias judiciais desfavoráveis ao paciente.

Alega, ainda, que em razão da "quantidade de pena ao final imposta, a primariedade do apelado e a normalidade das circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do Código Penal, o regime semiaberto é, de fato, o adequado para o início de cumprimento de pena". (fl. 6).

Requer, liminarmente, a imposição do regime semiaberto para o cumprimento da pena. No mérito, requer "reconhecimento da ilegalidade do ato coator da liberdade de locomoção do paciente e a concessão de *habeas corpus*, a fim de cassar o acórdão impugnado, para fixar a pena base no mínimo legal e conceder o próprio regime semiaberto para o início do seu cumprimento" (fl. 7).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Quanto à fixação do regime inicial fechado observa-se que o acórdão recorrido encontra-se em conformidade com a jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça segundo a qual "Não há constrangimento ilegal na fixação do regime prisional inicial fechado ao caso, tendo em vista a aplicação de pena definitiva superior a 4 e inferior a 8 anos de reclusão e a pena-base acima do mínimo legal, ante a existência de circunstância judicial negativa. Previsão do art. 33, §§ 2º e 3º do Código Penal" (AgRg no HC 670.983/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 22/06/2021, DJe 28/06/2021)

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente